



# Um caminho para a pacificação

## Reformas institucionais podem pacificar o país?

As instituições brasileiras vêm passando por crises de confiança da população, principalmente a população mais simples. Não é difícil entender o cidadão comum, a saúde não funciona, a segurança pública é caótica e quando ele para em frente à TV para se informar sobre a política nacional ouve sobre emendas de “milhões”, “bilhões” destinados a um determinado investimento e por vai.

O Estado praticamente não se relaciona de forma clara e visível com a vida prática do cidadão brasileiro, mesmo que suas ações o afetem diretamente. No Brasil o poder público tem dificuldades com problemas concretos e fundamentais da nossa sociedade como segurança, mobilidade e planejamento urbano. A dificuldade em administrar a nação é por um lado um problema histórico, por outro tivemos o PT no poder por mais de dezesseis anos colocando a prova a resiliência dos freios e contra pesos que fundamentam a separação de poderes e impedem uma

hegemonia partidária. Por mais que tenhamos o hábito de chamar os órgãos de Estado de “poderes”, o poder do Estado é uno e é formalizado a partir de três órgãos: o legislativo, o executivo e o judiciário.

Esses três órgãos que participam da administração política da nação precisam ser independentes e harmoniosos entre si, fazendo uso dos dispositivos de freios e contra pesos presentes em nossa constituição.

A harmonia entre os poderes garante uma boa administração pública e a independência gera a liberdade dos cidadãos. Essa independência entre os poderes gera um princípio de indelegabilidade, onde um poder não pode assumir a atribuição do outro — suas funções são exclusivas e intransferíveis, para fins de preservação da independência entre os órgãos de Estado. Sabemos que o PT tentou subverter a independência entre os poderes

através do crime, corrupção, compra de silêncio e consciência — corrompendo a república, fraturando as instituições que atualmente estão em crise. A lava-jato sobre o pretexto de drenar o pântano petista devastou os dispositivos de ampla defesa e indelegabilidade institucional, aprofundando as fraturas e tensões institucionais no Brasil. O mais cômico no episódio da lava-jato nem é a forma, mas o objeto escolhido para os processos — Lula que cometeu crimes contra a humanidade, financiou ditaduras sanguinárias e apoiou terroristas foi processado por um esquema de corrupção que lhe rendeu algumas malas de dinheiro e um famoso sítio em Atibaia.

Não que qualquer dessas coisas sejam corretas, mas é como julgar Lenin por roubar galinhas do Czar. O PT usou da política para neutralizar os dispositivos de independência institucional, e com o passar dos anos esses dispositivos

— agora hipertrofiados por um sentimento “antipolítico” no debate público, estão neutralizando a política.

Todas as propostas para resolução dessa crise institucional vieram do judiciário, de acadêmicos e juízes — alguns dispostos ao debate enquanto outros dispostos a ação. A “democracia defensiva” de Moraes nos proporcionou inquéritos intermináveis, proposições politizadas e muito desgaste diante da mídia e da sociedade civil. Quem sabe a pacificação do país não inicie através de uma reforma do judiciário, não para retirar atribuições ou expulsá-lo do debate público — mas formalizar com mais clareza seu papel na estrutura institucional da república. Também é possível democratizar os mandatos com eleições para a corte, ou determinar um período de mandato.

O que está claro é que não podemos criminalizar a política, somos animais políticos e não nos organizamos socialmente através de autos e processos.